

O CONCEITO DE EDUCAÇÃO, A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E OS CURRÍCULOS DIDÁTICOS: O TRIPÉ QUE SUSTENTA A EDUCAÇÃO

Tonny Anderson Oliveira Santos - tonnyhooliveira@hotmail.com

Celso Santos – celso_maximmus@hotmail.com

Vanessa Martins Ferreira – vmf_26@hotmail.com

Graduandos em Letras Inglês Licenciatura

Universidade Federal de Sergipe – UFS/São Cristóvão

RESUMO:

Pretende-se fazer neste trabalho uma reparação no conceito de educação e mostrar a importância de uma transformação no cenário da escola enquanto instituição de ensino como também, o papel do professor enquanto mediador do conhecimento e modificador da sociedade e importância dos currículos didáticos no estabelecimento do diálogo entre a teoria e a prática educacional.

PALAVRAS CHAVES: Conceito de educação, papel do professor, currículos didáticos.

ABSTRACT:

We aim to do in this work a repair in the education concept and to show the importance of a transformation in the setting of the school whereas teaching institution as well as, the teacher's role whereas mediator of the knowledge and modifier of the society and the importance of the educational curriculums to the establishment of the dialogue between the educational theory and practice.

KEY WORDS: Education concept, the teacher's role, educational curriculums.

INTRODUÇÃO

Mediante a crise instalada na educação brasileira, principalmente, devido à equivocada conceituação que considera que a educação deve está voltada ao mercado de trabalho e, que, muitas vezes, só por tomar consciência de que, é através da educação que um indivíduo pode ascender socialmente, o que se constata é bem diferente, já que, sequer as condições mínimas indispensáveis para se alcançar este objetivo são ofertadas. Então, faz-se necessário, primeiramente, uma reparação no conceito de educação, para que este desencadeie uma série de outras modificações no processo educativo. A iniciativa de mudar a perspectiva da educação pode e deve engendrar-se pelos educadores, tendo em vista ser eles mediadores entre o aluno e o conhecimento e a sua postura em relação aos alunos, colocando-os como sujeitos de sua aprendizagem e não como objetos, já seria a primeira manifestação do desejo de modificar esta realidade. Mas, uma vez que, as instituições não fazem sua parte no processo educativo, aumenta a responsabilidade e o desafio dos professores em sala de aula que devem trabalhar com currículos que satisfaçam à necessidade de descobrir e desenvolver as competências de seus alunos, e assim, eles possam descobrir o verdadeiro sentido de ser educado.

Entretanto, não cabe apenas aos professores a tarefa de engendrar as mudanças necessárias, é preciso ainda que se criem políticas facilitadoras e que se façam investimentos frequentes na educação desde a formação do docente e sua valorização à elaboração de materiais paradidáticos que satisfaçam as necessidades de ensino-aprendizagem, como também gestões democraticamente compromissadas com tudo isso. A falta de articulação desse tripé tem nos desviado desse propósito.

A PROBLEMÁTICA DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO:

Não é recente nem estranho que a política interfere, diretamente, no processo educativo e no que convencionou-se chamar de educação. Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, nossa história é marcada por disputas e reviravoltas políticas resultando numa educação caracterizada por rupturas e que, na verdade, nunca estiveram a favor dela, pelo contrário, o termo “educação” sempre foi usado para o alto beneficiamento político. Atualmente, o que se defende nos discursos políticos como educação, preza por uma preparação dos indivíduos

para um mercado produtivo como fonte de sustentação, mas, que não leva esses mesmos indivíduos a participar das decisões mais importantes, ou seja, não os insere nos grupos dominantes da sociedade. Este conceito transviado de educação não prepara as pessoas para a vida, ao contrário, serve apenas para “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista” (Mészáros, 2008) e, dessa forma, manter a sociedade dividida em setores bem definidos onde cada um desempenha seu papel sem ameaçar a posição do outro.

Negar às pessoas o direito de participar ativamente do processo de construção da sociedade encerrando-as em níveis de conhecimento social e científico inferiores é negar-lhes o direito de pensar e entender o mundo que os rodeia. Pois, é a educação voltada para a vida que transforma ou como bem disse Paro:

É pela educação que a humanidade pode apropriar-se de toda a produção cultural das gerações anteriores e capacitar-se a prosseguir em seu desenvolvimento histórico. Para o indivíduo, a educação significa sua atualização histórico-cultural, na medida em que, por ela, ele pode elevar-se do nível meramente natural em que nasce, apropriando-se da produção cultural existente, e colocar-se num nível de saber consentâneo com o alcançado pela sociedade em que vive. (Paro, 2004, p. 50-51).

No entanto, não se trata de apenas de acompanhar os acontecimentos, mas, ser capaz de compreendê-los, modificá-los como afirma Freire:

A nossa educabilidade bem como a nossa inserção num permanente movimento de busca em que, curiosos e indagadores, não apenas nos damos conta das coisas mas também delas podemos ter um conhecimento cabal. A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a... (FREIRE, 1996, p. 68-69).

O modelo de escola atual que prega a necessidade de educar-se, como condição indispensável para o indivíduo ascender-se junto à sociedade, sem levar em consideração o desenvolvimento do cidadão não corresponde aos anseios dos educadores nem dos educandos, o que em, muitos casos, remete na desistência da escola por parte destes que não se adaptam ao modelo restritivo exposicionista vigente e na estagnação prematura do desejo de transformar daqueles diante da controversa situação de mudar uma coisa que parece imutável ou, pelos menos, irreversível.

A adesão dos educadores a essa nova concepção de educação, desenvolvendo novas metodologias na abordagem dos conteúdos, procurando explorar o material disponível em sala de aula e/ou no meio social em que a escola esteja inserida e a própria disposições dos educadores em relação aos seus educandos são alguns dos desafios a serem enfrentados e, que, podem dar um grande impulso para uma transformação profunda da educação. Contudo,

uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social, no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (Mészáros, 2008).

Isso porque não há uma dissociação dos processos educacionais dos sociais. Uma vez iniciado esse curso de mudança ele deve refletir no modo como será aproveitado em sociedade e, portanto, haverá também, a necessidade de criação de políticas públicas voltadas a esse fim.

Transformar o espaço físico desprovido de sentido da escola num ambiente propício à aprendizagem, um espaço novo, desafiador propenso ao debate e que estimule a curiosidade ingênua dos educandos para depois transformá-la em curiosidade epistemológica como afirma Freire:

Na verdade, a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso-comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade mas não de essência. (FREIRE, 1996, p. 31)

E, assim, possa despertar-lhes o interesse, sendo um primeiro passo para mantê-los na escola e o impulso indispensável para alcançar, verdadeiramente, o objetivo de inserção desses indivíduos em grupos que detém maior influência e poder de decisão na sociedade.

A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO:

Quando pensamos na relação professor-aluno o que tradicionalmente vem à cabeça é que o professor detém o conhecimento e o aluno é um “recipiente” vazio a ser preenchido, no entanto, quando paramos para refletir sobre essa relação, percebemos que há, na verdade, uma troca contínua de experiência que pode e deve aproveitada em sala de aula. Surgem, então, algumas perguntas: Onde a

relação professor-aluno começa e onde ela termina? De que tipo é essa relação? Ela é pessoal ou é profissional? E a hierarquia na sala de aula, seria possível extingui-la?

A relação professor-aluno se dá, em muitos casos, até mesmo, antes do primeiro contato em sala de aula, uma vez que, tanto professores quanto alunos criam expectativas em relação uns aos outros e, por conta disso, “as primeiras impressões que temos da classe, ou a primeira impressão que os alunos têm de nós, são importantes e se traduzem em um modo de nos comunicar que pode ser muito condicionante, para bem ou para mal”. (Morales, 2008, p. 11). Essa relação que se estabelece é uma relação profissional, marcada por tensões de ambas as partes;

O bom clima pedagógico-democrático é o em que o educando vai aprendendo à custa de sua prática mesma que sua curiosidade como sua liberdade deve estar sujeita a limites, mas em permanente exercício. Limites eticamente assumidos por ele. (FREIRE, 1996, p. 85)

No entanto, esta relação não deve se limita a um status meramente profissional, no qual, o trabalho do professor é ensinar e o do aluno é aprender, tampouco seria uma relação intrinsecamente pessoal, pois, estaria sujeita a concessões desprovidas de caráter educativo. Como bem disse (Morales, 2008, p. 13) “é uma relação profissional que deve potencializar seu aprendizado integral (não só dos conteúdos que explicamos) [...]”. Ou seja, é uma relação pedagógica, constituída por trocas de experiências e, portanto, pessoal e profissional ao mesmo tempo, como afirma (LINHARES, 2002):

[...] como educadores e aprendizes, que integramos estas configurações sociais, onde nenhum de nós está dispensado de atuar, não podendo crer-se ou supostamente comportar-se como um elo mecânico numa engrenagem que correria independente de sua atuação. (LINHARES, 2002, p.47).

Para isso, é necessário, principalmente, que o professor se coloque a disposição desse objetivo. Ao priorizar essa nova configuração na sala de aula o professor estará admitindo uma relação entre dois sujeitos distintos de uma mesma realidade. Dessa maneira, o aluno terá o direito e o compromisso de participar da sua própria construção enquanto sujeito de si mesmo. Isso refletirá também, no modo como ele se relacionará com os outros alunos de idades, classes sociais, raças, credos

diferentes entre tantos outros pontos de divergência presentes no ambiente escolar. Nesse novo ambiente criado aquela primeira impressão de um “recipiente vazio” será superada e o professor deixa de ser o centro das atenções e passa a exercer o papel de um líder, um articulador, e a hierarquia perde todo seu poder centralizador. Assim, ambos, professores e alunos tornam-se sujeitos individuais e sociais, pois, “o tu inato expressa-se na ternura e na reciprocidade. O homem se torna eu na relação com o tu.” (Buber; APUD Revista Nova Escola setembro de 2009). Tudo isso possibilita uma maior interação no que tange ao processo de aprendizagem.

OS CURRÍCULOS DIDÁTICOS:

Assim como acontece um equívoco consciente ou inconscientemente na conceituação ou entendimento do que, de fato, vem a ser educação e a cujo serviço presta-se, muitas discussões acerca de currículos didáticos se encerram num engano generalizante que não delimita sua área de atuação ou, talvez, pior, numa visão mercantilista como a citada por (MACEDO, 2007, p. 17-18) na qual um candidato numa prova de seleção de mestrado considerou que “currículo é o segredo e a alma do negócio promissor da educação”. Nem a versão *lato sensu* que generaliza nem a *stricto sensu* específica defendida pelos especialistas em currículo satisfaz a necessidade de entendimento para melhor aproveitamento dos currículos no processo educativo como afirma (GARCIA, 2003):

[...] os teóricos que tratam de currículo num sentido estrito acabam não tratando, não dando conta da questão mais ampla do currículo, da escola, da educação. Ao mesmo tempo, os que foram abrindo, abrindo e cada vez mais abrindo a noção de currículo, de tanto abrir, se perderam e deixaram lá atrás a própria concepção de currículo. (GARCIA, 2003, p. 23-24).

Quando bem definida sua extensão o currículo torna-se muito mais complexo do que qualquer das definições já mencionadas, isso por que, como enfatiza (MACEDO, 2007) podemos compreender currículo como um

artefato socioeducacional que se configura nas ações de conceber/selecionar/produzir, organizar, institucionalizar, implementar/dinamizar saberes, conhecimentos, atividades, competências e valores visando uma “dada” formação, configurada por processos e construções constituídos na relação com conhecimento eleito como educativo. (MACEDO, 2007, p. 24-25).

Em outras palavras, “os currículos são todas as experiências organizadas pela escola ou professores que se desdobram em torno do conhecimento escolar” (Moreira, 2001). Todavia, ao aceitarmos a educação com esta função de atualização e, os indivíduos como modificadores de sua própria realidade – não se pode admitir que as tecnologias sejam deixadas de fora dos currículos escolares, uma vez que, vivemos na chamada era digital. “O webcurrículo está a favor do projeto pedagógico. Não se trata mais do uso eventual da tecnologia, mas de uma forma integrada com as atividades em sala de aula”, defende a professora da PUC/SP Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida. Assim, percebemos que há um caráter dialógico que envolve os currículos e que se desdobra em teoria e prática e que, por sua vez, desvirtua a ideia de mero mecanismo burocrático. Ao contrário, temos um dispositivo que pode transformar tudo que se produz em sala de aula “em aprendizagem intencional ou não” (Morales, 2008). A abertura de uma perspectiva ideológica discursiva atribui ao currículo uma importância incomensurável, tendo em vista a possibilidade potencial de se veicular conteúdos políticos, culturais ou sociais ideológicos. Mediante o hibridismo vivenciado no ambiente escolar, o mau uso desse instrumento de articulação de saberes pode criar ou realçar situações de desigualdade que podem ser de ordem socioeconômica ou étnico-ideológica. Por outro lado, quando um currículo é elaborado de modo a explorar todo esse potencial híbrido e convertê-lo em aprendizagem o que se verificará é o diálogo entre a teoria e a prática. No entanto, muitas vezes, na elaboração dos currículos a preocupação dos especialistas está voltada para uma homogeneização contrária à realidade, mesmo diante do óbvio de que cada aluno necessita de seu próprio tempo para aprender determinados conteúdos ou que cada um deles tem suas próprias motivações para está na escola, assim como, suas competências inatas, a tentativa de uma homogeneização torna-se impraticável. Ora, se o aluno aprender a respeitar as diferenças já nos primeiros anos da escola ele não terá problema em lidar com isso fora dela. Como destaca (Boaventura, APUD Moreira, 2001) “as pessoas têm direito de ser iguais sempre que a diferença as tornar inferiores; contudo, têm também direito a ser diferentes sempre que a igualdade colocar em risco suas identidades.”

A organização dos currículos deve, pois, abandonar a perspectiva da qualificação, que como vimos na citação de Mészáros, limita-se a fornecer conhecimentos técnicos de modo a satisfazer o mercado de trabalho, para privar

pela orientação da teoria das competências que “apontam para a atualização das aprendizagens em contexto, conhecimentos, habilidades e valores são transformados em *saberes em uso*, estando sujeitos às ressignificações a partir do mundo não-acadêmico da atividade humana.” (MACEDO, 2007, p. 92). Competências que significam para a sociedade contemporânea a superação da revolução industrial. Fundamentar a elaboração dos currículos na perspectiva das competências é apostar numa educação que prepara não para o mercado, mas, para a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Durante este trabalho, procuramos mostrar o equívoco presente na conceituação de educação e como isso influi na trajetória escolar e, conseqüentemente, na vida em sociedade. Tentamos mostrar, à luz de alguns teóricos, soluções possíveis a reparação desta conceituação e a necessidade de diálogo entre as instancias educacionais a fim de promover uma mudança, tida entre alguns especialistas como utópica, entretanto, vários trabalhos mostram que essa mudança é possível. Mediante o que foi exposto aqui, acredita-se que a transformação se dá dentro do próprio sistema, pois, é através do entendimento de uma educação como possibilidade de atualização aliada a elaboração de currículos didáticos que viabilizem este objetivo e que, possam ser praticados pelos educadores em sala de aula e, assim, dar-se-á então, uma transformação verdadeira pautada pelo dialogismo intrínseco que deve haver entre a teoria e a prática educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Interculturalidade e Educação Escolar**. In: IX Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, 1998, Águas de Lindóia. Disponível em: <http://www.drnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau/interculturalidade>.

FERNANDES, Elisângela. A tecnologia precisa estar presente na sala de aula. Fala mestre! Entrevista com Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida. Revista Nova Escola, ANO XXV – Nº 233, junho/julho 2010, p. 48-52.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

GARCIA, Regina Leite e MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (orgs). *Começando uma conversa sobre currículo*. IN: Currículos na contemporaneidade: incertezas e desafios. Cortez Editora, São Paulo, 2003. p. 7-40.

GOMES, Marcos. Pensadores: Olhares sobre o ensino; Martin Buber: Um teólogo que prega o diálogo. Revista Nova Escola, ANO XXIV – Nº 225, setembro 2009, p. 28-30.

LINHARES, Célia Frazão. *Múltiplos sujeitos da educação: a produção de sujeitos e subjetividades de professores e estudantes*. IN: Ensinar e aprender – sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 43-54.

MACEDO, Roberto Sidnei. Currículo: campo conceito e pesquisa. Vozes, Petrópolis - RJ, 2007.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital; (trad. Isa Tavares). 2ª ed. Boitempo, São Paulo; 2008.

MORALES, Pedro. A relação professor-aluno; o que é, como se faz. 7ª ed. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): Avanços, desafios e tensões. Publicado na Revista Brasileira de Educação de Set/Out/Nov/Dez de 2001, Nº 18. Disponível em: www.anped.org.br/.../rbde18_08_antONIO_flAVIO_barbosa_moreira.pdf -

PARO, Vitor Henrique. *Gestão escolar, ética e liberdade; O princípio da gestão escolar democrático no contexto da LDB*. IN: Escritos sobre educação. Editora Xamã, São Paulo, 2001. p. 49-62.